



Administração Pública e Gestão Social

E-ISSN: 2175-5787

apgs@ufv.br

Universidade Federal de Viçosa

Brasil

Borges, Cândido; Najberg, Estela; Rocha Soares Ferreira, Vicente; Santos Costa, Clara
Perfil das Recomendações dos Pesquisadores Brasileiros às Políticas Públicas de
Empreendedorismo
Administração Pública e Gestão Social, vol. 5, núm. 1, enero-marzo, 2013, pp. 2-9
Universidade Federal de Viçosa
Viçosa, Brasil

Disponível em: <http://www.redalyc.org/articulo.oa?id=351556457002>

- Como citar este artigo
- Número completo
- Mais artigos
- Home da revista no Redalyc

redalyc.org

Sistema de Informação Científica

Rede de Revistas Científicas da América Latina, Caribe, Espanha e Portugal

Projeto acadêmico sem fins lucrativos desenvolvido no âmbito da iniciativa Acesso Aberto

Perfil das Recomendações dos Pesquisadores Brasileiros às Políticas Públicas de Empreendedorismo

Profile of the Recommendations of the Brazilian Researchers to Entrepreneurship Policy

Cândido Borges¹, Estela Najberg¹, Vicente Rocha Soares Ferreira¹, Clara Santos Costa¹

¹Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Administração, Ciências Contábeis e Ciências Econômicas, Goiânia - Goiás, 74001970, Brasil

CITAÇÃO SUGERIDA: Borges, C., Najberg, E., Ferreira, V. R. S., & Costa, C. S. (2013). Perfil das recomendações dos pesquisadores brasileiros às políticas públicas de empreendedorismo. *Administração Pública e Gestão Social*, 5(1).

Resumo: Para a formulação de políticas públicas de apoio ao empreendedorismo, os governos precisam de subsídios da comunidade acadêmica. Considerando este aspecto, este trabalho tem por objetivo apresentar e analisar as recomendações dos pesquisadores brasileiros que possam alimentar as políticas de empreendedorismo no Brasil. Para isso, foram identificadas as recomendações expressas nas conclusões dos artigos publicados nos anais das seis edições do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) até 2011. As recomendações identificadas foram agrupadas e analisadas seguindo seis diferentes dimensões das políticas de empreendedorismo: promoção da cultura do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada e saída, suporte aos empreendedores, financiamento e apoio a grupos específicos, como o das mulheres empreendedoras.

Palavras-Chave: Políticas Públicas de Empreendedorismo, Pesquisa e Publicação em Empreendedorismo, EGEPE.

Abstract: For the formulation of public policies to support entrepreneurship, governments need subsidies from the academic community. Considering this aspect, this paper aims to present and analyze the recommendations of Brazilian researchers that can feed the policies of entrepreneurship in Brazil. For this, we have identified the recommendations expressed in the conclusions of the articles published in the Annals of the six editions of the Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) until 2011. The recommendations identified have been grouped and analyzed according to six different dimensions of entrepreneurship policies: culture promoting of entrepreneurship, entrepreneurial education, barriers to entry and exit, support to entrepreneurs, funding and support for specific groups such as women entrepreneurs.

Key-Words: Entrepreneurship Public Policy, Research and Publication in Entrepreneurship, EGEPE

Texto completo em português: <http://www.apgs.ufv.br>
Full text in Portuguese: <http://www.apgs.ufv.br>

INTRODUÇÃO

O Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas (EGEPE) foi idealizado por pesquisadores da Universidade Estadual de Maringá e da Universidade Estadual de Londrina. A ideia encontrou ressonância e apoio em um grupo formado em 1999, durante a realização do 23º Encontro da ANPAD, denominado Grupo Interdisciplinar de Estudos sobre Micro e Pequenas Empresas (Gimenez, 2000). Logo depois, em outubro de 2000, o primeiro EGEPE foi realizado na cidade de Maringá.

No ano de nascimento do EGEPE, a produção científica brasileira sobre empreendedorismo e gestão de pequenas empresas em contexto brasileiro ainda era incipiente e carecia de mais pesquisas (Lima, 2000). O EGEPE foi um dos fóruns que proporcionou a interação entre pesquisadores e o avanço do conhecimento nessa área. De sua primeira edição até a sexta, realizada em Recife no ano de 2010, 591 artigos foram publicados nos anais do EGEPE. Com tal produção e a periodicidade estabelecida em suas edições, o EGEPE se consolidou como um dos principais eventos brasileiros na área de pesquisa em empreendedorismo e de pequenas empresas.

A produção científica materializada em artigos veiculados em anais de eventos, como os anais do EGEPE ou em periódicos acadêmicos, deve conter algum tipo de contribuição para o avanço do conhecimento no assunto tratado (Collis & Hussey, 2005; Cooper & Schindler, 2003; Whetten, 1989). A literatura sugere que em artigos científicos, as contribuições de uma pesquisa e as recomendações dela derivadas estejam não apenas implícitas nos resultados apresentados, mas que sejam explicitadas em sua conclusão (Medeiros, 2009). Em empreendedorismo, as recomendações elaboradas com base em uma pesquisa podem ser direcionadas a diferentes grupos: empreendedores, pesquisadores, professores, pessoas e organizações, que trabalham no apoio ao empreendedorismo, e governos, entre outros (Davidson, 2004; Fillion, 1999; Schmitt, 2004).

Dessa forma, espera-se que nas conclusões de um artigo sejam indicadas contribuições ou recomendações que, de alguma forma, ajudem os empreendedores a agirem, os pesquisadores a realizarem novas pesquisas, os professores a ensinarem empreendedorismo, as pessoas e organizações do sistema de apoio a apoiarem os empreendedores e os governos a melhor formularem e executarem políticas de



empreendedorismo. Não é necessário que a todos estes grupos de interessados deva ser indicada alguma recomendação nas conclusões de um artigo, mas é importante que ao menos a um deles isso seja feito. Um artigo deve explicitar suas contribuições, municiando seu leitor-alvo com recomendações que possam alimentar sua reflexão e facilitar sua ação.

Os artigos publicados nos Anais do EGEPE explicitam suas recomendações para os diferentes grupos de interesse (empreendedores, pesquisadores, professores, sistema de apoio e governos)? Essa é a primeira questão que este trabalho procura responder. O número de artigos com recomendações ou sugestões aos grupos de interesse é um indicador da qualidade da produção acadêmica em uma área do conhecimento, evento ou periódico. Um número expressivo de artigos sem sugestões ou recomendações em suas conclusões pode indicar que elementos importantes na redação do artigo estão sendo negligenciados. Além desse aspecto, responder essa questão contribui para o avanço das pesquisas e publicações em empreendedorismo e pequenas empresas, ao identificar se há grupos com carência maior de recomendações.

Este trabalho tem interesse particular pelas recomendações, que possam alimentar as políticas públicas de empreendedorismo e pequenas empresas. É importante que a produção acadêmica dê origem a conhecimentos que ajudem governos e organizações do sistema de apoio, como o Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas - SEBRAE - na formulação e execução de políticas, que possam fomentar e favorecer a ação de empreendedores (Audretsch, Grilo, & Thurik, 2007; Lundström & Stevenson, 2005). As políticas de empreendedorismo podem ter diferentes dimensões. Segundo Lundström & Stevenson (2005), as principais dimensões são as seguintes: fases do processo empreendedor, promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, eliminação de barreiras de entrada, sistema de suporte aos empreendimentos, sistema de financiamento e público alvo específico, como as mulheres. Dessa forma, a segunda questão que este trabalho procura responder é: como as dimensões das políticas de empreendedorismo são contempladas pelos artigos do EGEPE? Responder esta questão permitirá identificar se existe alguma dimensão ainda negligenciada.

Para responder estas duas questões, as recomendações expressas nas conclusões de todos os 591 artigos publicados nas seis edições realizadas do EGEPE foram levantadas e classificadas segundo o grupo de interesse principal da recomendação. No caso das recomendações direcionadas ao sistema de apoio e governo, utilizando o modelo de Stevenson & Lundström (2005) como quadro de análise, foi feita uma análise qualitativa de todas elas, enquadrando-as em uma das dimensões do modelo.

Na próxima seção deste trabalho são abordados o conceito de políticas públicas, como a produção acadêmica pode colaborar para sua formulação e o modelo de políticas públicas de empreendedorismo de Lundström & Stevenson (2005). Na terceira seção a metodologia utilizada na pesquisa é apresentada

e, na quarta, mostram-se seus resultados. Na quinta seção, as considerações finais são feitas, bem como as sugestões para pesquisadores, especialmente no âmbito das pesquisas sobre políticas de empreendedorismo, elaboradas.

POLÍTICAS PÚBLICAS

Para Mintzberg e Jorgensen (1995), o conceito de política pública significa para o setor público o que o conceito de estratégia significa para o setor privado: um guia, um plano ou um conjunto de diretrizes que devem influenciar as decisões e os atos a serem empreendidos no futuro. Outra definição é a que considera a política pública como o resultado da atividade de uma autoridade investida de poder público e de legitimidade governamental (Meny & Thoenig, 1992).

Rua (1997) identifica-se com Meny & Thoenig (1992), ao enfatizar que, por mais óbvio que pareça, as políticas públicas são “públicas”, daí terem um caráter imperativo, o que significa que uma de suas características centrais é o fato de que são decisões e ações revestidas da autoridade soberana do poder público.

Ao conceber a política pública como qualquer coisa que o governo decida fazer ou não fazer, a definição de Dye (1981 como citado em Viana, 1997) converge para as acima citadas. Embora simplista, ao considerar qualquer atividade governamental como política pública, o enunciado de Dye não deixa de ter méritos. Primeiro, ao dar ênfase ao papel do governo como agente de políticas públicas, ou seja, quaisquer outras ações de atores do setor privado, organizações não governamentais ou grupos de interesse e de indivíduos, isoladamente, não constituem políticas públicas. Segundo, ao mostrar que as políticas públicas envolvem uma escolha fundamental por parte do governo que é a de fazer algo ou a de nada fazer.

Jenkins (1978 como citado em Howlett & Ramesh, 1995) define política pública como um conjunto de decisões inter-relacionadas, tomadas pelo governo com base na seleção de objetivos predefinidos e de meios para alcançá-los, fato que provê um padrão, baseado no qual as políticas públicas podem ser avaliadas.

Anderson (1984 como citado em Howlett & Ramesh, 1995) apresenta uma definição mais ampla, ao descrever a política pública como um determinado curso de ação seguido por um ator ou por um conjunto de atores que lidam com um problema ou com uma questão genérica. Ao considerar que as políticas são, em geral, o resultado não somente de múltiplas decisões, mas de múltiplas decisões oriundas de múltiplos tomadores de decisão – dispersos em complexas organizações governamentais – Anderson (1984) adiciona um elemento às definições de Dye e de Jenkins.

Vaison (1973 como citado em Monteiro, 1982) vai ainda mais longe ao propor uma extensão do conceito de política pública, no sentido de que a política é “pública” não apenas por ser “governamental”, mas por envolver impactos significativos na sociedade. Podem-se citar duas categorias de decisão que

ampliam o conceito de política pública além das fronteiras da decisão do governo: (i) aquelas tomadas por grandes empresas ou grupos de empresas que, sem se oporem às políticas governamentais, afetam a oferta de bens e serviços, bem como as oportunidades de emprego abertas à sociedade; e (ii) aquelas tomadas por outras organizações privadas (como associações profissionais, congregações religiosas etc.) que afetam os cidadãos além da sua relação de associação com essas organizações.

Enquanto a visão habitual de política pública trata as decisões de outras organizações como restrições exógenas ao curso de uma política governamental, a conceituação mais ampla torna parte desses comportamentos endógenos à definição de política pública. Esse contexto mais abrangente em que se pode situar a política pública, no entanto, envolve problemas quanto à extensão em que diferentes segmentos da sociedade são atingidos pelos “efeitos externos” das decisões privadas (Monteiro, 1982).

Seja sob uma visão mais restrita, seja sob uma concepção mais ampla de políticas públicas, são os seguintes os atributos que, normalmente, lhes são inerentes: (Meny & Thoenig, 1992): (i) conteúdo: a atividade pública é identificada sob a forma de um conteúdo – recursos são mobilizados para gerar produtos ou resultados; (ii) programa: uma política pública não se reduz a um ato concreto considerado isoladamente, pelo contrário, os atos articulam-se em torno de eixos específicos que formam denominadores comuns, como: o setor de intervenção, o problema tratado e a constância do decisor nas suas tomadas de decisão; (iii) orientação normativa: a atividade pública não é resultante de respostas aleatórias, mas sim, a expressão de preferências que o decisor – voluntariamente, ou sob o peso das circunstâncias – tem que assumir; (iv) fator de coerção: a atividade pública procede da natureza autoritária da qual está investido o ator governamental – legitimado pela autoridade legal ou respaldado pela coerção que se apoia no monopólio da força; (v) competência ou abrangência social: uma política pública deve ser identificada pelos indivíduos, grupos e instituições que compõem o campo da ação governamental considerada.

Em um estudo sobre o modelo sequencial e sistêmico de análise de políticas públicas, Tinoco (2010 com base em Meny & Thoenig, 1992) define a política como um sistema de ação pública, composto de atores, atividades e processos, afirmando que, entre os atores, as autoridades governamentais são centrais, mas coexistem com outros com os quais estabelecem relações de interdependência. Afirma ainda que esse aspecto apresenta uma complexidade crescente devido ao aumento de novos atores em todas as etapas da ação pública. Com relação ao processo, destaca que o mesmo se constitui no que se pode definir como ciclo da política, desde a identificação de um problema até sua inscrição na agenda (formulação), a escolha de soluções e os tratamentos a serem dados ao problema e à implementação das ações.

Em um processo mais detalhado, Secchi (2010, p.33) apresenta o ciclo das políticas públicas em sete fases: “1)

identificação do problema, 2) formação da agenda, 3) formulação de alternativas, 4) tomada de decisão, 5) implementação, 6) avaliação, 7) extinção”. Sobre a identificação de problemas e a formação da agenda, o autor afirma que “agenda é um conjunto de problemas ou temas entendidos como relevantes” (p.34). E completa, afirmando que a atenção dos diferentes atores é o que faz o tema entrar na agenda política.

Tinoco (2010, p.188) afirma ainda que está em evidência a perspectiva centrada nos atores sociais, pois é preciso saber que as “ações públicas apresentam grande diversidade e que algumas ações são conduzidas e fortemente permeadas por atores não estatais enquanto outras ainda se encontram centralizadas no Estado e em suas instituições”. Aspectos como o voluntarismo e a centralidade do governo na produção de política pública cedem espaço a outros atores na formulação, decisão, implementação e avaliação dessas políticas.

Analizando-se o que se pode compreender como política pública, depara-se com amplo espectro conceitual, ou seja, pode significar um conjunto extenso de ações governamentais voltadas para vários segmentos sociais, incluindo-se os empreendedores como discutido neste trabalho. Mas, se de um lado, a política pública pode abranger um grande leque de ações públicas, por outro nem sempre alcança a efetividade esperada, o que pode ser explicado pelas estratégias de formulação (identificação de problemas e formação da agenda), considerando-se a multiplicidade de atores, além da variedade dos interesses destes.

Diante deste quadro, a produção acadêmica por meio da pesquisa pode contribuir com as várias fases da política pública, mas é na formação da agenda e na avaliação que esse papel pode ser mais bem desempenhado. Na formação da agenda, pautando-a e inscrevendo temas de interesse de outros atores, como os empreendedores, no caso aqui em estudo. Pautar a agenda com dados relevantes de pesquisa é colaborar para o aperfeiçoamento do planejamento da política pública, contribuindo, assim, para sua maior efetividade.

Políticas Públicas de empreendedorismo

O incentivo ao empreendedorismo é uma das estratégias que os agentes públicos utilizam de forma crescente para promover o desenvolvimento sustentável de cidades, estados e países (Birch & Medoff, 1994; Mueller et al., 2008; OCDE, 2005; Stel & Storey, 2004; Storey, 1994). Surgiu, dessa forma, o interesse por políticas e demais instrumentos que possam municiar os governantes e demais organizações no fomento e desenvolvimento do empreendedorismo.

Apesar desta demanda crescente por políticas de empreendedorismo, Audretsch, Grilo & Thurik (2007) afirmam que nem os pesquisadores, nem os governantes estão adequadamente equipados para alimentar a formulação de políticas de empreendedorismo. Segundo esses autores, tal situação é explicada pelo fato de durante muito tempo o *mainstream* da economia ter ignorado o papel do empreendedorismo no crescimento econômico. A segunda

explicação dos autores é que os pesquisadores do campo da administração, área à qual o empreendedorismo está mais ligado, tradicionalmente se preocupam mais com aspectos micro do que macro e, assim, não investem muito em municiar os gestores públicos com conhecimentos que possam ajudá-los na formulação de políticas de empreendedorismo.

Exceção recente foi o trabalho de Stevenson e Lundström (2005), que fizeram um levantamento do estado da arte sobre o tema, conjugando literatura e as melhores práticas de políticas de apoio nos países da OCDE. Estes autores produziram um quadro de análise de políticas de empreendedorismo, cujo foco é o objetivo da política. Neste quadro de análise, as políticas podem ser classificadas segundo a fase do processo empreendedor ou segundo as dimensões do empreendedorismo às quais ela é direcionada.

As fases abordadas são as seguintes: desenvolvimento da intenção de empreender do empreendedor, empresa nascente e consolidação e crescimento do empreendimento. As dimensões são: promoção da cultura do empreendedorismo, educação empreendedora, barreira de entrada e saída (com foco no sistema regulatório), sistema de suporte às empresas nascentes, financiamento e apoio a grupos específicos, como mulheres, jovens e empresas de rápido crescimento (Lundström & Stevenson, 2005).

METODOLOGIA

Esta pesquisa foi realizada em duas etapas. Na primeira, foram levantadas as recomendações expressas nas conclusões dos artigos publicados nos anais das seis edições do EGEPE realizadas até 2011. Na segunda etapa, foi feita a análise das recomendações que foram direcionadas aos formuladores de políticas públicas nesses artigos. As duas etapas serão explicadas com mais detalhes nos parágrafos seguintes.

A primeira etapa tinha como objetivo identificar as recomendações feitas pelos autores nas conclusões dos artigos. Para tanto foi realizada a leitura das seções “conclusão” ou “considerações finais” de todos os 591 artigos publicados nos anais do EGEPE até o momento. A distribuição do número de artigos, por edição, é mostrada na tabela 1, abaixo. Além das seções conclusão ou considerações finais, também foi feita a leitura da seção “resumo”, para que o contexto do artigo fosse compreendido.

As recomendações identificadas nas conclusões foram classificadas em cinco grupos de potenciais utilizadores da pesquisa: empreendedores, professores (ensino), pesquisadores (pesquisa), sistema de apoio e incubadoras. Esses cinco potenciais utilizadores correspondem a uma adaptação feita por

Filion (1999), que propõe três grupos principais de utilizadores das pesquisas em empreendedorismo: empreendedores e sistema de apoio (ação), professores (ensino) e pesquisadores (pesquisa).

Foram consideradas recomendações as passagens da conclusão do artigo que explicitassem sugestões, recomendações ou caminhos de ação para os cinco grupos citados acima. No total, 1313 recomendações foram identificadas. Exemplos do que foi considerado recomendação, para cada um dos possíveis utilizadores da pesquisa, são mostrados na tabela 2.

Tabela 2
Exemplos de recomendação para cada um dos potenciais utilizadores da pesquisa.

Alvo da recomendação	Exemplo de recomendação
Empreendedores	“Aos jovens empreendedores, nossa primeira recomendação é a de recorrer, desde o início do processo de criação, ao apoio de pessoas com experiência na criação e gestão de empresas.” (Borges, Filion, & Simard, 2008, p.14).
Pesquisa	“Sugere-se para futuras pesquisas a ampliação deste estudo abrangendo todos os professores intraempreendedores de Curitiba-PR o que permitirá verificar a existência ou não de diferenças na forma de desenvolvimento de competências empreendedoras de docência e pesquisa entre diferentes gêneros. Sugere-se também a replicação do estudo em diferentes cidades e regiões do país.” (Zampier, Takahashi, & Teixeira, 2010, p.14).
Ensino	“Já no âmbito da universidade, o aprimoramento dos profissionais por meio da complementação do Ensino pela Extensão, nesse formato de parceria com empresa, tem potencializado e expandido as competências de professores e estudantes à medida que lhes impõe novos desafios para solucionar cada projeto.” (Cabral et al., 2008, p.14.).
Sistema de Apoio	“É necessária a intervenção de órgãos de apoio às exportações, no sentido de facilitar e acelerar o processo de exportar.” (Machado, & Almeida, 2008, p.12.).
Incubadoras	“A incubadora deve detectar tendências e mutações que ocorrem no mercado.” (Sordi et al., 2008, p.12.).

A segunda etapa da pesquisa teve como foco as recomendações para as políticas públicas de empreendedorismo. Do total de 1313 recomendações encontradas nas conclusões dos artigos do EGEPE, 112 eram direcionadas ao governo ou às organizações que atuam no sistema de apoio aos empreendedores. Seguindo o modelo de Lundström & Stevenson (2005), essas 112 recomendações direcionadas ao sistema de apoio foram classificadas pelas dimensões de análise das políticas de empreendedorismo: promoção do empreendedorismo, educação empreendedora, barreiras de entrada, sistema de suporte aos empreendimentos, sistema de financiamento e público alvo. Tentou-se classificar essas políticas também pela fase do processo empreendedor, outra dimensão do modelo de Lundström e Stevenson (2005), mas notou-se que a maior parte das recomendações não era direcionada para a

Tabela 1
Número de artigos para cada EGEPE.

Edição do EGEPE	I	II	III	IV	V	VI
Número de artigos	36	72	71	118	178	116

fase específica, mas para a genérica, fato esse que inviabilizou a realização do procedimento.

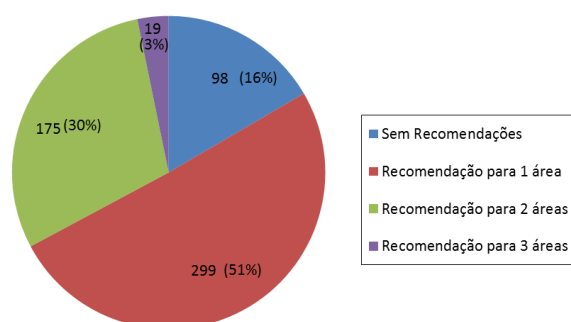
APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS

Os resultados serão divididos em duas subseções, que representam as etapas da pesquisa. Na primeira serão apresentados os resultados sobre as recomendações feitas para os diferentes grupos de interesse. Na segunda, a análise terá como foco as políticas públicas.

Quantitativo e classificação das recomendações

No total, 1313 recomendações foram identificadas nos artigos publicados nos ANAIS do EGEPE. O número de recomendações é acima do número de artigos, pois uma mesma conclusão pode conter mais do que uma recomendação. Mas é importante ressaltar que dos 591 artigos analisados, 10 não tinham uma seção “conclusão” ou “considerações finais” e 88 não emitiam, em suas conclusões, nenhum tipo de sugestão ou recomendação. A maior parte dos artigos (51%) apresentava apenas uma recomendação, como mostra a Figura 1.

Figura 1
Número de recomendações, por artigo.



A tabela 3 mostra a distribuição das recomendações, por edição do EGEPE e por grupo alvo. Nela é possível notar que das 1313 recomendações, 840 (64%) são referentes ao empreendedor, 67 (5%) ao ensino, 267 (20%) ao desenvolvimento de mais pesquisas, 112 (9%) aos sistemas de apoio e 27 a incubadoras.

Tabela 3

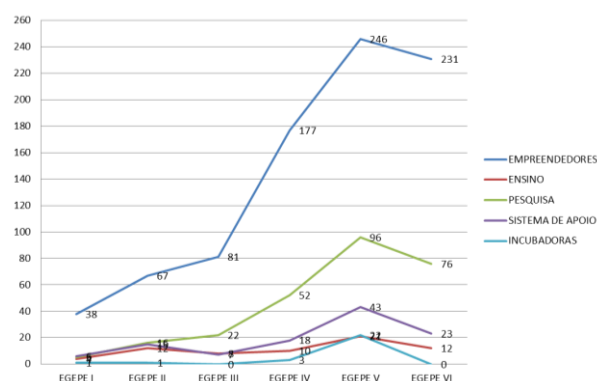
Distribuição das recomendações, por edição do EGEPE e por grupos de utilizadores da pesquisa

Alvo	Edição do Egepe						Total
	I (2000)	II (2001)	III (2003)	IV (2005)	V (2008)	VI (2010)	
Empreendedores	38	67	81	177	246	231	840
Pesquisa	4	12	8	10	21	12	67
Ensino	5	16	22	52	96	76	267
Sistema de Apoio	6	15	7	18	43	23	112
Incubadoras	1	1	0	3	22	0	27
Total	54	111	118	260	428	342	1313

Analisando os números da tabela 3 é possível constatar que a maior parte das recomendações presentes nos artigos do EGEPE tem como foco o empreendedor e que duas áreas aparecem pouco supridas pelos autores: a área de ensino em empreendedorismo e as organizações, como o governo, que trabalham no sistema de apoio ao empreendedorismo. Estes dois grupos não acompanharam, ao longo dos anos, o crescimento em número de recomendações, como os grupos empreendedores e pesquisa. As recomendações para as pesquisas, apesar de expressivas (267), são baixas quando comparadas ao número de artigos (591).

A figura 2 mostra o crescimento do número de recomendações, por grupo, ao longo das edições do EGEPE. Nele pode-se anotar ainda que o número de recomendações para as incubadoras teve um pico, na V Edição, em 2008, mas depois caiu a zero, em 2010.

Figura 2
Crescimento do número de recomendações, por grupo, ao longo das edições do EGEPE.



Recomendações com foco em políticas públicas

Apenas 80 (11%) dos 591 artigos do EGEPE tinham, em sua conclusão, alguma recomendação ou sugestão direcionada aos formuladores ou executores de políticas públicas. Não se trata de artigos cujos temas eram as políticas públicas. Todos os artigos foram considerados e, ainda assim, o número de recomendações direcionadas para as políticas públicas é pequeno.

Estes 80 artigos com recomendações produziram 112 recomendações, distribuídas nas 6 edições da seguinte forma: 6 na primeira edição do EGEPE, 15 na segunda, 7 na terceira, 18 na quarta, 43 na quinta e 23 na sexta. Nota-se que, depois de um crescimento na quinta edição, em 2008, este número voltou a cair na sexta, em 2010.

As 112 recomendações foram classificadas seguindo as dimensões sugeridas pelo modelo de Lundström & Stevenson (2005): promoção da cultura do empreendedorismo (promoção), introdução do empreendedorismo na educação (educação), barreiras de entrada e saída (barreiras), suporte aos empreendedores (suporte), financiamento e grupos específicos. A tabela 4 ilustra a classificação das recomendações de acordo com essas classificações.

Tabela 4
Exemplos de recomendação para as dimensões das políticas de empreendedorismo.

Dimensão	Exemplo de recomendação
Promoção	"É necessária a articulação entre as instituições de apoio ao setor empresarial de forma a otimizar o uso dos recursos, a divulgação das alternativas de auxílio existentes e, principalmente, a construção de um ambiente de confiança entre os agentes e que possa ser favorável aos negócios no município." (Silva, Guimarães, & Siqueira, 2008, p.13)
Educação	"Difundir preceitos de empreendedorismo nos diversos níveis escolares; [...] e estimular a produção de casos sobre empreendedoras de sucesso, enfatizando as formas de superação de problemas, como um instrumento de motivação e orientação as demais". (Machado, 2001, p. 12)
Barreiras	"Recomendam-se políticas que diminuam as barreiras para a internacionalização, uma vez que essas ocorrem mais intensamente no Brasil do que nos próprios países de destino da produção." (Lemos, Carneiro, Cunha, Quandt, & Duclós, 2008, p.14)
Suporte	"A disseminação de programas junto ao SEBRAE, com treinamentos em gestão e empreendedorismo que potencializassem o desenvolvimento de competências individuais e organizacionais." (Munhon & Camara, 2008, p. 10)
Financiamento	"Pode-se considerar que o fomento de uma Sistemática Garantidora de Crédito é altamente recomendável para o país, de forma a contribuir para a redução das barreiras impostas pela insuficiência das garantias e para a diminuição da assimetria de informações entre as instituições financeiras e as MPE's, proporcionando maior acesso ao crédito, com melhores condições financeiras." (Zica & Martins, 2008, p.15)
Grupos específicos	"Estimular a participação da mulher como empreendedora em setores tradicionais, nos quais sua presença ainda é de difícil acesso, como na área agrícola e agroindustrial." (Machado, 2001, p. 12)

Quando a recomendação não era direcionada a qualquer destas dimensões, ela foi enquadrada como "outros". A tabela 5 mostra a distribuição do número de recomendações segundo a dimensão da política à qual ela era direcionada.

Tabela 5
Distribuição das recomendações, segundo a dimensão da política.

Dimensão	Quantidade de recomendações
Promoção	8
Educação	11
Barreira	21
Suporte	25
Financiamento	19
Grupos específicos	20
Outros	8
TOTAL	112

Nota-se certo equilíbrio na distribuição das recomendações, com a presença menor daquelas que são direcionadas à

promoção e à educação empreendedora. A classificação "grupos específicos" alcançou o terceiro maior número de recomendações. Os três grupos que mais apareceram como alvo das políticas sugeridas foram: as mulheres empreendedoras, o empreendedorismo tecnológico e o empreendedorismo internacional.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Este artigo procurou responder duas questões: (i) se os artigos publicados nos Anais do EGEPE explicitam suas recomendações para os diferentes grupos de interesse de uma pesquisa (empreendedores, pesquisadores, professores, governos); (ii) como as dimensões das políticas públicas de empreendedorismo são contempladas nestes artigos. Por trás destas questões, estava o pressuposto de que um trabalho acadêmico precisa explicitar suas contribuições na sua seção "conclusão" ou "considerações finais" e que é importante a formulações de recomendações para grupos de interessados no empreendedorismo.

Em relação à primeira questão, é possível dizer que a maior parte dos artigos do EGEPE explicita uma ou mais recomendações em suas conclusões. Outro aspecto positivo é que houve um crescimento contínuo no número de recomendações ao longo das edições, com exceção de uma ligeira queda da quinta para a sexta edição. No total 1.313 recomendações foram feitas, sendo que a maior parte delas, 64%, para os empreendedores. As recomendações para a área do ensino do empreendedorismo para a formulação de políticas públicas são ainda pouco presentes e merecem mais atenção dos pesquisadores.

Foi possível constatar que 16% dos artigos não apresentavam qualquer recomendação e que 51% apresentam apenas uma recomendação. Estes números sugerem que, apesar de o número total de recomendações ser significativo, ainda há grande número de artigos sem recomendações ou com apenas uma delas. Considerando que um dos objetivos de uma pesquisa em empreendedorismo é dotar os grupos interessados no tema de novos conhecimentos que subvençionem suas ações (seja empreender, ensinar, pesquisar ou apoiar empreendedores), os subsídios gerados pela maior parte dos artigos do EGEPE ou não são expressos em suas conclusões ou são poucos. Em ambos os casos, tal fato gera preocupação com a qualidade da produção na área e demanda a ação dos pesquisadores. No primeiro caso, requer a melhor elaboração das conclusões dos artigos, explicitando sua contribuição e suas recomendações. No segundo caso, além da questão da comunicação, que parece mais simples de resolver, pode existir algum problema na origem ou na condução da pesquisa que gerou o artigo, mostrando carência de questões ou métodos de pesquisa com maior potencial para gerar subsídios para a ação.

Sobre a segunda questão, relacionada às recomendações, que tenham como foco os formuladores e executores de políticas públicas, pode-se dizer que esses formuladores de políticas públicas não encontrarão nas conclusões dos artigos do EGEPE

muitas recomendações direcionadas a eles. Apenas 80 (11%) dos 591 artigos do EGEPE tinham, em sua conclusão, alguma recomendação ou sugestão direcionada aos formuladores ou executores de políticas públicas. Estes 80 artigos produziram 112 recomendações, distribuídas de forma relativamente homogênea entre as diferentes dimensões analisadas (promoção da cultura do empreendedorismo, introdução do empreendedorismo na educação, barreiras de entrada e saída, suporte aos empreendedores, financiamento e grupos específicos, como mulheres empreendedoras).

Chama a atenção nos resultados da pesquisa o baixo número (11%) de artigos com alguma recomendação para as políticas de empreendedorismo. Artigos com foco nas políticas públicas em si são praticamente inexistentes. Como visto na introdução deste trabalho, o EGEPE é o principal fórum científico na área de empreendedorismo e pequenas empresas, mas pode-se constatar com os dados apresentados neste artigo que sua contribuição na geração de subsídios para governos e outros atores, que atuam na difusão e apoio ao empreendedorismo, ainda é tímida. Governos precisam de subsídios para elaborar suas ações relacionadas com o empreendedorismo. Os pesquisadores brasileiros deveriam ter um papel preponderante na geração desses subsídios; mas, considerando a produção apresentada no EGEPE, não é o que está acontecendo.

Algumas condições estruturais da pesquisa em empreendedorismo no Brasil podem explicar essa situação. Primeiro, o campo é recente no Brasil e ainda são poucos os pesquisadores e os programas de Pós-Graduação com linhas de pesquisa que tenham como foco o empreendedorismo. Segundo, ainda não há nenhum grupo de pesquisa cadastrado no CNPq que trabalhe especificamente sobre políticas públicas de empreendedorismo. Apesar dessas condições, os pesquisadores do país precisam e podem mudar a realidade encontrada neste trabalho e melhorar as contribuições que geram para as políticas públicas de empreendedorismo. Para isso, sugere-se que eles incluam com mais frequência os governos e demais agentes do sistema de apoio entre os grupos alvos das recomendações de seus artigos e demais comunicações científicas. Sugere-se ainda que mais pesquisas que tenham como foco especificamente as políticas públicas de empreendedorismo sejam realizadas. Esta é uma temática que está praticamente ausente da agenda dos pesquisadores do campo do empreendedorismo e que não pode mais ser negligenciada.

REFERÊNCIAS

- Audretsch, D. B., Grilo, I., & Thurik, A. R. (2007). *Handbook of entrepreneurship policy*. Edward Elgar Publishing Limited, Cheltenham, UK and Brookfield, US.
- Birch, D. L., & Medoff, J. (1994). Gazelles. In L. C. Solmon, & A. R. Levenson (Eds.). *Labor markets, employment policy and job creation* (pp. 159-167). Boulder and London: Westview Press.
- Borges, C., Filion, L. J., & Simard, G. (2008, March). Jovens empreendedores e o processo de criação de empresas. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Cabral, G. G., Tabosa, T. C. M., Tschá, E. R., & Cavalcanti, V. P. (2008, March). Intra-empreendedorismo, design e inovação: um caso de parceria universidade – empresa. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Collis, J., & Hussey, R. (2005). *Pesquisa em administração: um guia prático para alunos de graduação e pós-graduação* (2a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Cooper, D. R., & Schindler, P. S. (2003). *Métodos de pesquisa em administração* (7a ed.). Porto Alegre: Bookman.
- Davidson, P. (2004). *Researching entrepreneurship*. Boston: Springer.
- Dye, T (1981). *Understanding public policy*. Englewood Cliffs: Prentice-Hall,
- Filion, L. J. (1999). *Tintin, minville, l'entrepreneur et la potion magique*. les grandes conférences. Montreal: Presses HEC, 1999.
- Gimenez, F. (2000, outubro). Apresentação. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. Maringá, PR, Brasil, 1.
- Howlett, M., & Ramesh, M. (1995). *Studying public policy: policy cycles and policy subsystems*. Toronto: Oxford University.
- Lemos, I. S., Carneiro, I. A., Cunha, M.A.V.C., Quandt, C. O., Duclós, L. C. (2008, March). Exportação de jogos eletrônicos para celulares: um estudo na indústria brasileira. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Lima, J. B. (2000, outubro). Temas de pesquisa e desafios da produção científica sobre pme. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*, Maringá, PR, Brasil, 1.
- Lundström, A., & Stevenson, L. (2005). *Entrepreneurship policy: theory and practice*. New York: Springer.
- Machado, A. J., & Almeida, F. C. (2008, March). A internacionalização da indústria calçadista francana. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Machado, H. P. V. (2001, Nov.). Empreendedorismo, gênero e políticas públicas. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. Londrina, PR, Brasil, 2.
- Medeiros, J. B. (2009). *Redação científica*. (11a ed). São Paulo: Atlas, 2009.
- Meny, I., & Thoenig, J. C. (1992). *Las políticas públicas. versão espanhola a cargo de francisco morata*. Barcelona: Ariel.
- Mintzberg, H., & Jorgensen, J. (1995). Una estrategia emergente para la política pública. *Gestión y Política Pública*, México, V.IV, n.1, p.25-46.
- Monteiro, J. V. (1982). *Fundamentos da política pública*. Rio de Janeiro: IPEA, Série: 1. Programa Nacional de Pesquisa Econômica.
- Mueller, P., Van Stel, A., & Storey, D. (2008). The effects of new firm formation on regional development over time: the case of great britain. *Small Business Economics*, 30(1), 59-71. doi: 10.1007/s11187-007-9056-z
- Munhon, A., & Camara, M. R. G. (2008, March). Perfil empreendedor e liderança criativa dos empresários associados à acil – associação comercial e industrial de londrina. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- OCDE [Organisation de Coopération et de Développement Économiques]. (2005). *Perspectives de l'ocde sur les pme et l'entrepreneuriat*. Paris: Organisation de Coopération et de Développement Économiques.
- Rua, M. G. (1997). *Análise de políticas públicas: conceitos básicos*. Brasília: ENAP.
- Schmitt, C. (2004). Actionnabilité trecherche en entrepreneuriat et pme, *Revue internationale PME*, 17(3-4).
- Secchi, L. (2010). *Políticas públicas: conceitos, esquemas de análises, casos práticos*. São Paulo: Cengage Learning.
- Silva, M., Guimarães, L. O., & Siqueira, M. M. (2008, March). Instituições de apoio ao empreendedorismo e sua relação com as mpme's do município de betim (mg): proposição para uma maior articulação. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Sordi, J. O., Souza, J. H., Tachizawa, T., & Bonilha, I. D. (2008, March). A inovação no processo de incubação: viabilidade para o sucesso do empreendedorismo. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.
- Souza, C. (2006). Políticas públicas: uma revisão da literatura. *Sociologias, Porto Alegre*, 8(16), 20-45.
- Stel, A., & Storey, D. (2004). The link between firm births and job creation: is there a upas tree effect?. *Regional Studies*, 38(8), 893-909. doi: 10.1080/0034340042000280929
- Stevenson, L., & Lundström, A. (2005). *Entrepreneurship policy: theory and practice, international studies in entrepreneurship series*, 9, New York: Springer.
- Storey, D. J. (1994). *Understanding the small business sector*. London: ITP.

Tinoco, D. S. (2010, March). *Análise sequencial de políticas públicas nas abordagens da ciência política e da gestão (management)*. Rio de Janeiro: Cadernos EBAPE. BR, 8(1).

Viana, A. L. (1997). Enfoques metodológicos em políticas públicas: novos referenciais para os estudos sobre políticas sociais. In A. M. Canesqui (Org.), *Ciências Sociais e Saúde* (pp. 205-215). São Paulo: Hucitec – Abrasco.

Whetten, D. A. (1989). What constitutes a theoretical contribution?. *Academy of Management Review*, 14(4), 490-495.

Zampier, M. A., Takahashi, A. R. W., & Teixeira, R. M. (2010, Abril). Intraempreendedorismo feminino e desenvolvimento de competências empreendedoras: um estudo de caso com professoras de programas de mestrado e doutorado em administração de Curitiba-pr. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. Recife, PE, Brasil, 6.

Zica, R. M. F., & Martins, H. C. (2008, Março). Sistema de garantia de crédito para micro e pequenas empresas no Brasil: a proposta de um modelo nacional. *Anais do Encontro de Estudos sobre Empreendedorismo e Gestão de Pequenas Empresas*. São Paulo, SP, Brasil, 5.

Agradecimentos

Os autores agradecem ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq) e à Fundação de Amparo à Pesquisa do Estado de Goiás (FAPEG), pelo apoio à realização da pesquisa que subsidiou este artigo.